

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DA GEOGRAFIA ESCOLAR PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA

Ínia Franco de Novaes¹
Vânia Rúbia Farias Vlach²

1 – Introdução

Caminhando, observando e analisando as pessoas, podemos imaginar as histórias de vida: descendência, naturalidade, costumes, valores, crenças, e arriscar uma avaliação da relação de identidade que elas possuem, cotidianamente, com a coletividade. Isto é, as singularidades das pessoas se referenciam a um contexto maior: a identidade coletiva.

A história de consolidação dos Estados-nação teve como um dos pilares centrais, a conquista dos direitos sociais, um dos quais a educação, que moldou o nacionalismo por intermédio da divulgação dos ideais e dos projetos do Estado. Os aspectos ideológicos do ensino visavam unificar o Estado-nação, delineando a identidade da sociedade, de forma que o “cidadão” se sinta parte da coletividade.

Com a organização, o desenvolvimento e o fortalecimento do Estado-nação, originou-se o conceito de cidadania, vinculando os indivíduos a uma comunidade política, com direitos e deveres bem definidos.

Nestas circunstâncias, a relação do cidadão com os seus pares, evidencia a necessidade da consolidação coletiva dos direitos básicos de cidadania para a organização da sociedade, levando-nos a refletir sobre o papel do homem no mundo.

Na história da humanidade, as discussões com referência à construção da cidadania remontam à transformação da estrutura econômica feudal em capitalista, na medida em que as revoluções burguesas, particularmente a Revolução Francesa, constroem o cenário propício para a

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação
Universidade Federal de Uberlândia
inianoaes@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação
Universidade Federal de Uberlândia
vaniarubia@nanet.com.br

instauração desse novo sistema econômico, originando novas classes sociais.

Com a ascensão do capitalismo, desenvolve-se um novo modo de viver, que se opõe ao modo de reprodução das sociedades feudais. Essa nova visão de mundo foi moldada por intelectuais que defendiam o estado natural dos homens em oposição ao fantasma do direito pelo nascimento. De acordo com Ferreira (1993, p.33), “as idéias políticas e sociais de um pensador refletem a forma pela qual ele tomou consciência de seu tempo”. Por isso, contextualizar essas idéias, mesmo sumariamente, parece ser importante para melhor compreendê-las.

No entanto, para Giddens (2001, p. 23), “os direitos de cidadania não eliminam a divisão de classes e não podem fazê-lo no contexto de uma sociedade capitalista, mesmo que eles suavizem as tensões provenientes dos conflitos de classes”. Dessa forma, para que se amenizem as diferenças, é necessário que se discuta e conheça o que é ser cidadão, de forma a contribuir com a organização de uma sociedade mais humana e justa, fazendo valer as normas das Cartas Constitucionais, nas quais todos são considerados iguais perante a lei.

A partir dessa perspectiva, faremos algumas considerações sobre intelectuais como Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), procurando compreender melhor o conceito liberal de cidadania, e a contribuição da Geografia, principalmente no contexto da educação.

2 – Mapeando a construção da cidadania: do Estado de Natureza para o Estado Civil

Hobbes viveu a evolução da Idade Média, sob um clima de fortes agitações sociais, decorrentes das lutas religiosas e das guerras civis, que o forçavam a mudanças constantes pela Europa (FERREIRA, 1993). Acredita-se que estes fatos podem ter sido as causas das preocupações de Hobbes com a ordem social, a origem das desordens e a maneira de contê-las:

...Novas invenções, descobertas e recriações rasgaram o tecido real; imaginário da sociedade européia. Libertaram-se forças criadoras. O homem redescobriu a si mesmo, a natureza passou a ser vista sob nova óptica. Apareceram outras formas de expressão humana. A

poética desse tempo assume uma dimensão orgiástica e se deixa perceber sob múltiplas manifestações. Tudo que se havia gestado há séculos agora se anuncia nas artes, nas ciências, nas crenças, nas lutas até então contidas pela unidade religiosa católica. (FERREIRA, 1993, p.34)

Nesse momento, ocorreram mudanças substanciais nos paradigmas do conhecimento; passou-se a questionar a autoridade, o direito e a veracidade do conhecimento. A laicização levou a mudanças nas concepções animistas e teleológicas da natureza; as abordagens mecanicistas e racionais entram no debate. Para Ferreira (1993), a ciência separa-se da fé, a matemática se torna a linguagem do mundo, como queria Descartes. No nível político-econômico, a decadência da Igreja Católica leva à elevação do universalismo político de caráter nacional. A política perde a qualidade religiosa e natural, e ganha uma forma moderna, mundana. O mercantilismo, a industrialização principiante, o aburguesamento da sociedade, a repressão ao trabalho e a burocratização, foram agentes da mentalidade atomizada.

Acompanhando as mudanças no nível do conhecimento e do plano político-econômico, a urbanização e as relações sociais que introduziu, associado ao processo de industrialização, os primeiros movimentos para a reconstrução da cidadania.

Novas relações sociais, novos meios de produção, novas ferramentas de trabalho, tudo isso remete a novas formas de ver e entender a realidade, que aparecem num mundo cada vez mais artificial. A mão-de-obra humana vai sendo substituído pela maquinaria, o processo de urbanização aumenta, rompendo-se o isolamento das comunidades. As cidades tornam-se mercados consumidores, abastecidos pelo campo. O camponês, senhor, interrompe agora sua rotina e passa a produzir um excedente orientado para o mercado. Nas cidades, criam-se associações e instituições que procuram garantir determinados direitos a seus associados. Prevalece a idéia de que, a partir de determinadas condições de existência, é possível que os homens se unam para defender seus direitos em relação a elementos estranhos ao grupo. (FERREIRA, 1993, p. 42)

Hobbes, por sua vez, tinha a concepção de que as guerras civis decorriam da disputa de poder entre a monarquia e a igreja, bem como da divulgação e incorporação das idéias de liberdade cívica, vindas das reflexões feitas de Plutarco.

A discussão sobre a representatividade das classes procede das mudanças nas relações entre a burguesia, a igreja e a nobreza, e levaram Hobbes a sair em defesa do absolutismo, da necessidade de um governo com um poder soberano, capaz de colocar fim à guerra.

Para Hobbes, a passagem do Estado de Natureza (estado de liberdade da própria pessoa e recursos do indivíduo) para o da Sociedade Política (estado de direito pelo nascimento), é decorrência da avaliação que os indivíduos fazem entre a adição das perdas e dos ganhos com a desordem social. Como afirma Ferreira (1993), é na defesa dos próprios interesses que os indivíduos optam pela criação do Estado. É por amor à vida que os indivíduos compactuam entre si e escolhem o mal necessário, o grande Leviatã (Estado).

As palavras de Hobbes soam forte quando se trata de relações sociais; para ele, o homem é o lobo do próprio homem, e para que haja respeito e paz entre os mesmos, é necessário um acordo entre os indivíduos. Para que isso ocorra, é necessário passar do Estado de Natureza para o Estado Civil, o que anula as ações destrutivas do homem, colocando todos no mesmo patamar em direitos e deveres:

Neste último Estado se institui a autoridade civil, da qual emanam não só os direitos e deveres do indivíduo, como também a justiça e a moralidade. O Estado Civil é, portanto, a esfera pública da sociedade na qual se realizarão os interesses particulares, garantidos pela autoridade soberana (FERREIRA, 2003, p. 53).

A esse respeito, Locke, outro pensador europeu do século XVII, é influenciado pelas conquistas científicas, pelas mudanças estruturais e pelo racionalismo cartesiano. Jusnaturalista, compartilha das idéias políticas de Hobbes; contudo, mantém algumas restrições em relação ao pensamento deste filósofo. Para Locke, o direito natural, a obediência e a renúncia têm limites, ao contrário do que pensava Hobbes. Esses limites provêm das necessidades humanas.

A propriedade, para Locke, é inseparável do indivíduo e do trabalho, idéia fundamental para teoria do Estado liberal, sendo considerada a forma ideal de organização da sociedade, na medida em que respeita a autonomia da esfera privada. Para Ferreira (1993), pode-se ver, nas idéias de Locke, a distinção entre sociedade civil e Estado, quando se resguarda a autonomia da esfera privada. Essa autonomia é à base da cidadania civil que, em si mesma, não põe em risco os ideais da sociedade burguesa.

Ferreira (1993, p.83), ao analisar as idéias de Locke, afirma:

a partir do momento em que o Estado existe, o direito a posse está garantido. Deve-se aumentar o excedente de produção necessário ao bem-estar da sociedade. Devem ser combatidos o esmorecimento, a preguiça e o vício daqueles que não querem trabalhar.

Tais idéias poderiam se tornar o caminho para se efetivar os princípios da cidadania. O indivíduo seria auto-sustentável em uma sociedade que lhe oferece condições plenas de trabalho.

Na sociedade brasileira atual, as políticas de assistencialismo vêm suprir a carência e a falta de preparo do homem para o trabalho; desenha-se aí, uma construção de cidadania que delinea a desigualdade. Podemos dizer que uma grande parcela dos trabalhadores da sociedade está relegada à condição de semicidadão.

Ferreira (1993) lembra que, de acordo com o pensador Alexis de Tocqueville, em sua obra *Democracia na América*, a universalização da cidadania é uma questão de segurança interna das nações. Os excluídos dos direitos e deveres, serão sempre uma ameaça à paz e a tranquilidade social.

Com isso, admite que podem existir os excluídos da cidadania, desde que não sejam proprietários. A universalização da cidadania é, portanto, uma universalização parcial, na medida em que admite a existência de pessoas fora desse sistema. no discurso liberal lockiano a autonomia, um valor inerente à cidadania civil, aparece sustentada na condição econômica do indivíduo. (FERREIRA, 1993, p.86)

Hobbes está no nascimento do princípio do Estado e Locke na origem do princípio do mercado, admitindo as relações de troca sem a

interferência do Estado, notificando a autonomia da esfera econômica. Para responder ao que Locke deixou obscuro, Rousseau, pensador do século XVIII, procurou clarear as possibilidades de se harmonizar a igualdade de todos e o direito individual.

Rousseau admite o direito à propriedade, embora não de forma exagerada ou autoritária; percebe a constante luta entre o homem e o cidadão. Na sua concepção, para que haja harmonia social, é necessário modificar as condições de vida dos cidadãos de forma justa.

Na sua formação, Rousseau recebeu influências sociais e culturais francesas. Seus pensamentos mostram o caráter privado e patrimonial da França, característico do feudalismo, que se reflete nas instituições representativas, na fragmentação corporativa e regional do Estado.

O pensamento rousseano opunha-se à política de privilégios desenvolvida na França e criticava a burguesia francesa por não se preocupar com a coletividade, e só defender seus próprios interesses, o que implicava na ausência de cidadania:

Rousseau sabia o que significava viver de favores, em lugar de ter direitos. [...] por isso defende a recuperação do poder da comunidade, e as mudanças (radicais) nas relações entre governo e cidadãos e a constituição de uma nova ordem moral entre os homens. (FERREIRA, 1993, p. 102)

Rousseau não admite a autoridade natural de um homem sobre seu semelhante; acredita na construção de uma cidadania a partir de relações justas entre os homens, para se fugir da exploração de uns pelos outros.

Para Manzine-Covre (2003, p.28),

Um traço importante na concepção de cidadania de Rousseau é a preocupação em não separar igualdade de liberdade. Isso fica mais claro quando ele reitera que nenhum homem pode ser tão rico a ponto de sua posição lhe permitir comprar o outro, e tampouco um outro tão pobre a ponto de se vender.

A sensibilidade para as coisas simples é um traço marcante do pensamento rousseano, que questiona as descobertas científicas, afirmando

que são desnecessárias se não forem revertidas para o bem da sociedade. O pensador utiliza a categoria sociedade para mostrar que não pode haver uma dicotomia entre o homem e a sociedade; fala dos homens para tratar da sociedade, e acredita que só por intermédio da politização do homem, poder-se-á resgatar o poder da comunidade

Apropriando-nos das palavras de Rousseau, o que acentuou a miséria humana foi à invenção da propriedade. Na atualidade, o conceito de propriedade rompe as fronteiras físicas e adquire uma configuração abstrata: a propriedade intelectual.

No século XXI, o domínio científico e tecnológico apresenta-se como uma forma de propriedade e, ao contrário das idéias de Rousseau, é utilizado para aumentar a dominação e a subjugação humanas. No entanto, compartilhando as idéias do pensador, é por meio da educação que acreditamos ser possível instigar transformações sociais. Pois, para Rosseau, a educação é um fator preponderante na compreensão da cidadania: o homem não nasce cidadão; é feito e faz-se cidadão por meio das relações sociais e políticas que desenvolve com outros homens.

Para Vesentini (2001):

a escola não é apenas uma instituição indispensável para a reprodução do sistema. Ela é também um instrumento de libertação. Ela contribui – em maior ou menor escala, dependendo de suas especificidades – para aprimorar ou expandir a cidadania, para desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico das pessoas, sem os quais não se constrói qualquer projeto de libertação individual ou coletivo.

Reflexões e discussões como essas, precisam ser instigadas em espaços públicos coletivos, considerando-se a diversidade de idéias, a multiculturalidade e as instituições sociais, em especial a escola, uma vez que esta pode iniciar e promover tais debates.

3 – A Geografia escolar e a cidadania: possibilidades e limites

As considerações referentes à construção do conceito de cidadania, ao longo da história da humanidade, apresentadas por Hobbes, Locke e Rousseau, nos levam a refletir sobre a necessidade de contextualizar esse conceito, para valorizar a importância do ensino, em

especial, a contribuição do ensino de Geografia para a conquista da cidadania na sociedade brasileira contemporânea.

De acordo com Ferreira (1993), cidadão é aquele ser que aprende a inibir sua inclinação a centrar-se em si mesmo, a libertar-se de seus próprios limites, a encontrar sua plenitude na experiência política.

Este debate é relevante, na medida em que o processo educacional nacional passa, atualmente, por mais um momento de crise. A influência das propostas neoliberais contribui para aumentar a fragilidade da educação na prática cotidiana. As políticas educacionais neoliberais criam argumentos que procuram anular os conceitos de cidadania, bem comum, democracia e educação pública, substituindo-as pelo mercado, pelo consumismo.

As propostas neoliberais são apresentadas como as melhores, e multiplicadas tendo em vista atender às necessidades da classe dominante, contribuindo para questionar a cultura de um povo, desprezar a identidade nacional e a conquista de uma cidadania plena.

De acordo com Habermas (2002, p.307),

Globalização significa transgressão, retirada de fronteiras e, portanto, um perigo para os Estados nacionais que vigiam quase que neuroticamente suas fronteiras. Anthony Giddens definiu a “globalização” como “a intensificação das relações mundiais que ligam localidades distantes, de tal modo que os acontecimentos locais são moldados por fatos ocorridos a muitas milhas de distancia, e vice versa”.

As rápidas transformações do contexto mundial, no que se refere à globalização e à tecnologia, solicitam um educador preparado para assimilar e socializar essas mudanças, que são constantes e variadas: o professor torna-se o ator que assume um dos papéis principais no contexto da educação, e tem a importante tarefa de contribuir para a formação do cidadão.

A ciência geográfica tem função educacional, mas também passa pelo social e político. Dessa forma, a Geografia escolar carece de análises e discussões em relação ao seu papel para a construção da sociedade e dos cidadãos, como as feitas por Lacoste, no livro *A Geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra* (1988, p. 256):

É preciso fazer com que aqueles que ensinam a Geografia hoje tomem consciência de que saber-pensar o espaço deve ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós.

Para trabalhar essas transformações, o professor de Geografia precisa ter clareza da importância político-pedagógica que respalda a sua prática, principalmente no que tange as relações entre as escalas local e global, levando em consideração o momento histórico, para que não se torne um mero reproduzidor de conceitos vazios.

Vesentini (2001) afirma que:

Ser um verdadeiro educador, preocupado com a conquista da cidadania, é contribuir para o crescimento (no sentido amplo do termo: intelectual, cognitivo, afetivo...) do educando, para a sua autonomia, criatividade e senso crítico. Mesmo que isso contrarie certas “verdades” estabelecidas para o educador, pois o principal papel de uma boa educação não é formar discípulos que repitam ou reproduzem noções ou opções dos mestres e sim formar mentes criativas que pensem o novo, que contrariem todas as formas de pensamento estereotipados, inclusive aquelas voltadas para o lado do “bem” ou da “utopia” .

Para assegurar a formação de cidadãos aptos a participarem democraticamente dos acontecimentos da sociedade, em especial nas escolas públicas, que abrigam a maior parcela de estudantes brasileiros das classes menos favorecidas, é preciso melhorar a qualidade do ensino. Segundo Ferreira (1993, p.146):

o meio social é um dos fatores fundamentais na formação da personalidade. Daí porque a educação tem tanta importância. Através dela o indivíduo se desenvolve, se aperfeiçoa, cresce, torna-se outro. A sociedade é o território do homem, e é nela que aparece o eu-comum impregnado em todos os seus integrantes, fazendo com que o indivíduo se veja – ou melhor, veja

seus traços – naquele que está ao seu lado. Ao professar as mesmas crenças, falar a mesma língua, ter os mesmos hábitos, o eu-comum se torna presente.

Para que o ser humano compreenda a organização do espaço geográfico em que vive e participe de sua (re)construção, é preciso que ele seja um leitor crítico, e que busque as transformações possíveis para aquele espaço. A Geografia, enquanto ciência, contribui para o desenvolvimento dessa habilidade:

A Geografia na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirirmos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço, e perceber as marcas do passado no presente (PCNs, 1997,p. 99).

A atual situação da educação brasileira nos faz questionar os fatores que interferem na qualidade do ensino, bem como as formas de ensinar. Pois é necessário, assegurar a formação de cidadãos aptos a participarem democraticamente das mudanças da sociedade.

A Geografia tem a capacidade de libertar os homens, e também de aliená-los. A ciência seria desnecessária, se a essência do mundo coincidissem com a sua aparência. À ciência geográfica, cabe analisar e criticar a aparência; o olhar geográfico pode contribuir para que o aluno consiga ir além das formas. Para Souza (2002, p.265), “voltada para a prática do educando, o ensino deve pressupor a construção de uma postura crítica diante da realidade em que [o educando] está inserido”.

Não obstante a importância da Geografia para a compreensão do mundo, por conseguinte, para uma leitura do mundo, essa disciplina escolar, muitas vezes, se limita a uma descrição superficial do espaço geográfico,

geralmente apresentado aos alunos sob a forma de textos lineares e únicos. Porém, os conceitos geográficos de lugar, espaço, território, bem como a observação, a descrição e a análise dos mesmos devem ser ensinados tendo em vista que essa ciência permite compreender a dinâmica do espaço social contemporâneo, qualquer que seja a escala de análise. Dessa maneira, as reflexões atinentes ao processo educacional, e em especial ao papel da Geografia, podem proporcionar uma melhoria da qualidade do ensino em geral, e do ensino de Geografia em particular, essenciais para a construção da cidadania na sociedade brasileira.

De acordo com Oliveira (2002),

pode-se lembrar que, em termos de ensino/aprendizagem, cada estudante constrói (independentemente dos diferentes níveis), e cada conteúdo é construído (neste caso, o geográfico) em sua própria dimensão dos significados e níveis de abstração, sua própria visão de mundo e de homem, seu próprio conhecimento social e ambiental e, por fim, atinge sua própria cidadania.

Parafraseando Freire (1990), o ato de aprender a ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, ou seja, a leitura do mundo deve preceder a leitura da palavra.

A “alfabetização geográfica”, desenvolvida nos diferentes níveis de ensino, visa construir, com o educando, os conceitos necessários para a leitura dos processos sociais e naturais do mundo, partindo das experiências prévias dos alunos, valorizando seus conhecimentos, mas projetando-os para a ciência geográfica.

Assim, a Geografia não pode ser vista e nem ensinada com olhos positivistas. Deve ser dialética, isto é, avançar além do óbvio, do mensurável, e construir conceitos por meio da observação e análise crítica de educandos e educadores. É assim que se conquista a cidadania:

O ensino de Geografia contribui para a formação da cidadania através da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade de crianças e jovens de compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa

escola organizada como um espaço aberto e vivo de cultura (CAVALCANTI, 2002, p. 47).

Acreditamos que a Geografia propõe uma ampliação da capacidade dos alunos de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem. As diferentes paisagens, na perspectiva da Geografia, valorizam a dimensão social do espaço geográfico, na medida em que coloca o método dialético como instrumento de ensino proporcionando a conquista da cidadania crítica (FERREIRA, 1993).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987, 143p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC, 1998, p. 99-166
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 236p.
- CAVALCANTI, L. de s. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002, 127p.
- COVRE, M. de L. M. **O que é cidadania**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, 78p.
- FERREIRA, N. T. **Cidadania**: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, 264p.
- FREIRE, P.; SCHONN, D. **Alfabetização leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 170p.
- GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**. (Tradução de Beatriz Guimarães). São Paulo: Paz e Terra, 1987, 374p.
- HABERMAS, J. Realizações e limites do estado nacional europeu. In: BALAKRISHAN, G. (org.). Um mapa da questão nacional. (Tradução Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.297-309.
- LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. (Tradução Maria Cecília Francá). Campinas: Papirus, 1988, 263p.
- OLIVEIRA, L. de. O ensino/aprendizagem de Geografia nos diferentes níveis de ensino. In: PONTUSCHKA, N. N; OLIVEIRA, A U. de. (orgs.). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002, 383p., p.217-220.
- SOUZA, A J. de. A formação do professor de Geografia. In: PONTUSCHKA, N. N; OLIVEIRA, A U. de. (orgs.). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002, 383p., p.261-265.
- VESENTINI, J. W. O ensino de Geografia no século XXI. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente: AGB, n.17, 1995.
- _____. Educação e ensino da Geografia: instrumentos de dominação e/ou libertação. In: CARLOS, A F. A (org.). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 3º ed., 2001, 144p., p.14-33.